

anos, com efeitos a partir de 17 de Março de 2006, a procuradora da República Leonor Maria da Conceição Cruz Rodrigues para exercer as funções de directora-geral-adjunta do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, por ser possuidora de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia pelo *curriculum vitae* que se publica em anexo.

16 de Março de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, *José Manuel Santos de Magalhães*.

Curriculum vitae

1 — Dados biográficos:

Nome — Leonor Maria da Conceição Cruz Rodrigues;
Data de nascimento — 8 de Dezembro de 1955.

2 — Formação universitária — licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa com a classificação final de 14 valores.

3 — Actividade profissional:

Monitora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no ano lectivo de 1980-1981;
Admitida no 2.º curso especial de formação de magistrados do Centro de Estudos Judiciários em 1981;
Exerceu funções de autor de justiça no Centro de Estudos Judiciários de 24 de Abril de 1981 a 4 de Julho de 1982;
Colocada no final do estágio de formação como delegada do procurador da República no Tribunal, de competência genérica, da comarca de Vila Franca de Xira onde exerceu funções de 5 de Julho de 1982 a 24 de Fevereiro de 1984;
Transferida para o Tribunal do Trabalho de Lisboa em 25 de Janeiro de 1984, exercendo aí funções até 14 de Setembro de 1988;
Administradora jurista no Secretariado da Comissão Europeia dos Direitos do Homem do Conselho da Europa — Estrasburgo, cargo para que foi admitida na sequência de concurso público e exerceu de 15 de Setembro de 1988 a 14 de Setembro de 1990;
Colocada nos juízos Criminais de Lisboa de 15 de Setembro de 1990 até 9 de Outubro de 1997;
Colocada, após promoção a procuradora da República, nas varas criminais de Lisboa de 10 de Outubro de 1997 a 23 de Junho de 1998;
Colocada desde 24 de Junho de 1998 no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa e desde 21 de Junho de 2004 no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa.

4 — Promoções:

Promovida ao lugar de procuradora da República por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 17 de Setembro de 1997, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 235, de 10 de Outubro de 1997;
Colocada no T. A. C. de Lisboa por deliberação do C. S. M. P., publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 24 de Junho de 1998, e no T. A. F. de Lisboa por deliberação do C. S. M. P., publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 21 de Junho de 2004.

5 — Formação complementar:

Frequência do curso de Direito Comunitário ministrado pelo Centro de Estudos Judiciários;
Bolsa do Conselho da Europa, atribuída para 1989 para investigação na área da criminologia;
Admitida como administradora jurista do Secretariado da Comissão Europeia dos Direitos Humanos do Conselho da Europa na sequência de concurso público;
Frequência do curso «Responsabilidade civil em matéria de ambiente», promovido pelo Centro de Estudos Judiciários;
Frequência, em 2003, de curso da Faculdade de Direito de Lisboa sobre o novo contencioso administrativo.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 4100/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Braima Djabula, natural de Bambadinca, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 3 de Outubro de 1971, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de

12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 4101/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Luísa Marciano Marcolino, natural de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascida em 14 de Julho de 1962, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 4102/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a José Benedito da Costa Marcolino, natural de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 7 de Junho de 1958, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 4103/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Tiago Marciano da Costa Marcolino, natural de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 8 de Dezembro de 1984, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 4104/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Alexandre da Luz Vieira Rodrigues, natural de Nossa Senhora do Rosário, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 24 de Fevereiro de 1971, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 4105/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Dulce Helena Lopes Varela Tavares, natural de Nossa Senhora da Graça, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 15 de Abril de 1972, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Março de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 4106/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Sanja Borisoglebski, natural de Sarajevo, Federação da Bósnia e Herzegovina, de nacionalidade bósnia, nascida em 5 de Julho de 1953, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de